



Waldemir Moka (no centro da foto, diante da presidente da comissão, Lúcia Vânia) foi o relator do projeto de Walter Pinheiro: garantia de recursos para a prevenção de desastres no país

CI aprova uso de *royalties* do pré-sal para prevenir catástrofes 8

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.473 – Brasília, sexta-feira, 24 de junho de 2011



Lin de Paulo/Senado Federal

Relator na CCJ, Renan Calheiros (D) foi contra a aprovação das duas PECs

CCJ rejeita fim da reeleição e mandato de cinco anos

A CCJ seguiu o voto do relator Renan Calheiros e rejeitou, na quarta, duas propostas de emenda constitucional: uma que

acabava com a reeleição e outra que ampliava para cinco anos os mandatos dos cargos no Executivo. 7

Senado aprova projeto que anistia bombeiros do Rio

CCJ tomou decisão terminativa em relação à proposta de Lindbergh Farias, que agora precisa ser votada na Câmara

Os bombeiros do estado do Rio de Janeiro, punidos por participarem de movimento por reajuste de salários no dia 1º de junho, poderão ser anistiados das sanções

disciplinares que sofreram. A CCJ aprovou na quarta, em decisão terminativa, projeto de Lindbergh Farias, que pediu celeridade na votação pela Câmara dos Deputados. 3



Carlos Trindade/CC

Bombeiros e familiares fazem manifestação no Rio de Janeiro: anistia a movimentos de outros estados já aconteceu

Sigilo em obras da Copa é tema de debate

Senado pode realizar, já na semana que vem, audiência pública sobre o sigilo previsto na MP 527/11. 8

Projeto amplia controle sobre a venda de fardas

Uniformes de militares e policiais só devem ser vendidos por entidades credenciadas, prevê projeto aprovado na CCJ. 3

Plenário pode alterar regras para licença ambiental

Projeto da Câmara que regulamenta o licenciamento ambiental tem regime de urgência, mas depende de votação da Medida Provisória 526/11 para poder ser examinado pelos senadores. 4



Gerardo/Margel/ Senado Federal

Sílvio César Maués, Claudio Gomes, Luciano Brunet, senador Paulo Paim, Jayme Asfora, Augusto Aragon e Marco Aurélio de Moura: falta de reforma agrária e grilagem também estão entre as razões da violência rural

Violência no campo resulta de impunidade, aponta debate

Audiência sobre causas da violência no campo reuniu autoridades e especialistas na Comissão de Direitos Humanos. 5

Parlasul poderá realizar em julho primeira sessão do ano

Para retomada dos trabalhos, é necessária a conclusão da indicação dos 37 representantes brasileiros. Além disso, o conselho do bloco precisa estender até 2014 a etapa de transição

O PARLAMENTO DO Mercosul (Parlasul) poderá realizar a sua primeira sessão do ano, em Montevidéu, nos dias 11 e 12 de julho, antes do recesso do Congresso Nacional. Para que isso ocorra, será necessária a conclusão da indicação dos 37 representantes brasileiros pelas lideranças partidárias e a eleição do presidente e do vice-presidente da representação do Brasil (*leia abaixo*). Além disso, o Conselho do Mercado Comum, órgão máximo do bloco, precisará estender até 2014 a etapa de transição do Parlasul.

A definição dos representantes brasileiros é uma das condições para o reinício das atividades do Parlasul, já que as

sessões só podem ocorrer com a participação dos quatro países. A representação só obteve um novo mandato com a aprovação pelo Congresso da Resolução 1/11, em maio.

Transição

Ainda há outro obstáculo ao reinício das sessões em Montevidéu: a representação do Uruguai tem reiterado a necessidade de adaptação do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul ao acordo político firmado no ano passado. Pelo texto atual, a primeira etapa de transição para a implantação do parlamento terminaria em 31 de dezembro de 2010. A partir dessa data, todos os integrantes do Parlasul deveriam já ter sido

eleitos pelas populações de seus países.

A Argentina passará de 18 para 26 parlamentares, enquanto Paraguai e Uruguai manterão seus 18 parlamentares por país. Após as realização de eleições diretas, a Argentina terá 43 parlamentares e o Brasil, 75.

As eleições diretas, porém, só ocorreram até o momento no Paraguai. A Argentina pode eleger seus parlamentares em 2011 ou 2013. As eleições no Brasil podem ocorrer no próximo ano, juntamente com o pleito municipal, ou, mais provavelmente, em 2014, com as eleições para renovação do Congresso Nacional. O Uruguai ainda não marcou data para as suas eleições.



Foto de Moreira Mariz/Senado Federal

Gurgacz, no mesmo discurso, agradeceu à TV e à Rádio Senado pelo esforço para transmitir debate realizado pela CRA em Ji-Paraná, Rondônia

Gurgacz lembra sete anos da morte de Leonel Brizola

Acir Gurgacz (PDT-RO) lembrou, em discurso, o aniversário da morte de Leonel Brizola, fundador do PDT, ocorrida em 21 de junho de 2004. O senador definiu a data como triste, mas muito significativa para a história do Brasil.

– Foi uma das figuras políticas mais polêmicas, mais influentes, mais decididas e mais carismáticas de toda a nossa trajetória nacional – afirmou Gurgacz.

O senador lembrou momentos da trajetória de Brizola, desde a primeira eleição para deputado federal, em 1954, até a participação, como governador do Rio Grande do Sul, na campanha pela legalidade, em 1961, que garantiu a posse de João Goulart na Presidência da República.

Brizola governou uma vez o estado do Rio Grande do Sul e por duas vezes o Rio de Janeiro. Exilou-se do país em 1964, com o golpe militar que derrubou

Jango, e retornou ao Brasil em 1979, com a Lei da Anistia.

Debate em Ji-Paraná

Acir Gurgacz também registrou a realização, no dia 17, da 11ª audiência pública do ciclo de debates sobre agropecuária, realizada pela Comissão de Agricultura (CRA), a qual preside. A audiência, que tratou da febre aftosa, foi realizada na cidade de Ji-Paraná (RO) e transmitida ao vivo pela TV Senado e pela Rádio Senado.

O senador agradeceu ao presidente do Senado, José Sarney, e ao diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Fernando Cesar Mesquita, "por ter proporcionado mais essa inovação nas transmissões dos trabalhos do Senado pela TV e Rádio Senado, com interatividade, com a população brasileira interagindo, fazendo perguntas, participando desse debate tão importante".



Pedro Simon



Roberto Requião



Wilson Santiago

Senado conclui indicação de 12 dos seus representantes

O Senado indicou mais quatro titulares para integrem a representação brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul): Pedro Simon (PMDB-RS), Roberto Requião (PMDB-PR), Wilson Santiago (PMDB-PB) e Ana Amélia (PP-RS). Quatro peemedebistas – Luiz Henrique (SC), Casildo Maldaner (SC), Waldemir Moka (MS) e Valdir Raupp (RO) – foram indicados como suplentes. Na terça-feira, haviam sido indicados Paulo

Bauer (PSDB-SC) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) como titulares e José Agripino (DEM-RN) e Fernando Collor (PTB-AL) como suplentes.

No mês passado, o Congresso Nacional autorizou a ampliação da representação. Pela Resolução 1/11, o número sobe de 18 para 37 – 27 deputados e 10 senadores (titulares). Os indicados terão mandato até o ano que vem. A reunião para a eleição do presidente e do vice-



Ana Amélia

presidente da representação deverá ocorrer até 6 de julho, a tempo de garantir a presença brasileira na sessão do Parlasul prevista para 11 de julho.

Lídice destaca Projeto Canudos no semiárido



Lídice: é preciso usar os "fazer locais"

Lídice da Mata (PSB-BA) elogiou o trabalho do Projeto Canudos como exemplo de apoio ao desenvolvimento sustentável do semiárido do Nordeste. A senadora ressaltou que o projeto, executado pela Universidade do Estado da Bahia em parceria com entidades da sociedade, tem em vista a realidade da região.

– É preciso incorporar às soluções apresentadas para o Nordeste a experiência vivida pela própria população de cada local, os fazeres locais, aperfeiçoando as diversas dimensões da realidade do semiárido, propondo soluções inovadoras – disse.

Entre os projetos de criação de infraestrutura de produção e serviços, Lídice mencionou experiências inovadoras de agricultura, descrição de espécies da Caatinga e ações de piscicultura no açude de Cocorobó.

Flexa Ribeiro comemora 350 anos de Santarém



Flexa visitou obras que estão sendo retomadas

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou, em Plenário, o aniversário de Santarém, no oeste do Pará. O senador apresentou à Mesa requerimento para voto de aplauso ao município, que completou 350 anos na quarta-feira.

Flexa Ribeiro solicitou que o voto seja levado ao conhecimento de autoridades do estado e do município e pediu o apoio dos internautas para que o assunto do aniversário da cidade seja um dos mais citados no Twitter.

Além disso, informou ter participado, ao lado do governador Simão Jatene, de visitas a obras no município antes paralisadas, como as do sistema de água da região.

Flexa também informou que o governador já encaminhou a ministros a proposta de criação de uma zona de processamento de exportação (ZPE) na cidade.

Rede Senado de TV Digital vai priorizar parcerias nos estados

O Senado vai priorizar parcerias com as assembleias legislativas na montagem da Rede Senado de TV Digital. É o que determina o Ato 12/11, aprovado pela Mesa, autorizando a criação da rede e definindo as regras de funcionamento.

Para reduzir custos e favorecer o acesso do cidadão a emissoras legislativas e públicas, o Senado vai procurar montar estações de TV e da rádio pelo país por meio de convênios em que sejam compartilhados os canais digitais, as despesas e as responsabilidades.

Somente quando não encontrar parcerias que permi-

tam expandir a rede de TV sem ônus para o Senado, que já assume o custo dos equipamentos, é que os locais de transmissão serão contratados por licitação.

A TV Senado, criada em 1995, começou transmitindo por TV a cabo e hoje pode ser captada em todo o território nacional também por antenas parabólicas e em sinal aberto UHF analógico em nove capitais. Desde o ano passado, começou a operar em sinal digital em São Paulo e Brasília. Na capital paulista, utiliza o transmissor e uma subcanalização cedidos pela TV Câmara.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

9h A sessão plenária de hoje é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
 Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
 Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Propostas criam cargos no CNJ e varas do Trabalho

A CCJ aprovou a criação de 294 cargos para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de 17 varas do Trabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Rio Grande do Sul).

Pelo Projeto de Lei da Câmara 8/11, originário do Supremo Tribunal Federal (STF), deverão ser criados 100 cargos de analista judiciário; 110 de técnico judiciário; 21 cargos em comissão e 63 funções comissionadas.

Já o PLC 33/11, além de autorizar a criação de 17 varas do Trabalho no TRT gaúcho, amplia a estrutura de pessoal para atender essas novas unidades. São 17 cargos de juiz do Trabalho, 97 cargos de analista judiciário, 17 cargos de analista judiciário para execução de mandados, 39 cargos de técnico judiciário e 17 cargos em comissão. A pedido do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), o projeto vai a exame do Plenário em regime de urgência.

Comissão vai ouvir ministros sobre lei boliviana

Os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e das Relações Exteriores, Antonio Patriota, serão convidados para audiência na Comissão de Constituição e Justiça com o objetivo de discutir a legislação adotada pela Bolívia para legalizar veículos de origem desconhecida, o que pode incluir carros roubados. Requerimento para os convites, de iniciativa do senador Pedro Taques (PDT-MT), foi aprovado na quarta-feira pelo colegiado.

Pedro Taques quer saber a posição do governo brasileiro com relação à lei aprovada na Bolívia no último dia 8, conhecida como Lei de Regulação e Saneamento Veicular, que, segundo o senador, "alcança carros roubados no Brasil e que são usados como moeda de troca no tráfico de entorpecentes e armas oriundo do país vizinho". Na discussão do requerimento, Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que o governo de Evo Morales não incentiva o crime.

Para o presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), há a necessidade de esclarecer os fatos, "sem emoção" e em defesa dos brasileiros.

Reforma política

Na mesma reunião, foi aprovado requerimento de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) para realização de audiência pública destinada a debater temas da reforma política. A CCJ também vai realizar audiência para discutir o projeto Brasil Nunca Mais Digital, que visa digitalizar e colocar na internet acervo de documentos sobre a repressão política durante o governo militar, reunidos no âmbito do projeto Brasil Nunca Mais.

Projeto de Lindbergh Farias se baseia em decisões semelhantes já aprovadas pelo Congresso em relação a movimentos em 11 estados e no Distrito Federal. Decisão terminativa envia proposta para análise da Câmara



Em campanha por melhores salários, bombeiros invadiram quartel da corporação e acabaram presos. O salário no Rio de Janeiro é o segundo mais baixo do país

CCJ aprova projeto que dá anistia aos bombeiros grevistas do Rio de Janeiro

PROJETO QUE ANISTIA os bombeiros militares do Rio de Janeiro punidos por participarem de movimento por melhoria salarial no dia 1º de junho foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. Conforme explica o autor da matéria, Lindbergh Farias (PT-RJ), a proposta visa dar base legal a entendimento semelhante, adotado pelo governo do Rio de Janeiro.

Em seu voto favorável, o relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), explica que a anistia prevista no PLS 325/11 segue a Lei 12.191/10, que também concedeu anistia a policiais e bombeiros militares do Rio Grande do Norte, Bahia, Roraima, Tocantins, Pernambuco, Mato Grosso, Ceará, Santa Catarina e Distrito Federal, igualmente punidos por participarem de movimentos reivindicatórios.

Para Crivella, o movimento do Rio de Janeiro, por envolver cerca de 1,3 mil bombeiros, faz com que esse seja um problema "no campo do interesse público". Para ele, a manifestação realizada no início do mês se justificou pelas dificuldades enfrentadas pelos militares.

– O segundo estado mais rico da Federação pagava o mais baixo salário do país – afirmou Crivella.

Lindbergh Farias, no Plenário,

defendeu a aprovação rápida de seu projeto também pela Câmara dos Deputados, lembrando que a luta dos bombeiros agora se dividiu em duas: por anistia e por reajuste. Ele reconheceu que houve excessos de ambas as partes (governo do Rio e liderança dos bombeiros) e negou que haja intenção de uso político ou partidário do movimento.

O parlamentar disse ter-se baseado, para propor o projeto, na Lei 12.191/10, originária de proposta do senador licenciado Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que concedeu anistia para bombeiros

e policiais militares de 12 unidades da Federação que também participaram de movimentos reivindicatórios.

Lindbergh também citou o relatório de Marcelo Crivella (PRB-RJ) na CCJ, que se baseou em outro relatório, este de Valdir Raupp (PMDB-RO), quando foi relator do PLC 122/07, em que fala do instituto da anistia.

Raupp mencionou no documento a Lei 8.048/90, que concedeu anistia aos envolvidos em atentado ao então presidente da República, José Sarney, ocorrido em 1987, baseado no fato de que "a anistia é ato de magnanimidade e visa proporcionar o apaziguamento dos ânimos sociais."

Lindbergh espera que Câmara dos Deputados aprove rapidamente a proposta de anistia



Para Lindbergh, luta dos bombeiros é por anistia e por reajuste salarial

Acatada restrição à venda de fardas de forças de segurança

A comercialização de uniformes das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública, das guardas municipais e das empresas de segurança privada poderá passar a ser restrita a entidades credenciadas. A medida consta do PLS 132/11, aprovado quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa.

O projeto, de autoria do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), estabelece que o credenciamento dos estabelecimentos para venda dos uniformes ficará a cargo das Forças Armadas e dos órgãos policiais, sendo responsabilidade da Polícia Federal o

credenciamento para fardamento usado por empresas de segurança privada.

Segundo o senador, o projeto visa inibir a ocorrência de crimes praticados por pessoas vestidas com uniformes oficiais ou de empresas de segurança privada, o que aumenta a vulnerabilidade das vítimas.

O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), incluiu emenda proposta por Blairo Maggi (PR-MT) proibindo a utilização, pelas empresas de segurança privada, de distintivos, insígnias ou emblemas que possam ser confundidos com os das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública.

Superlotação dos presídios será debatido na CDH

A superlotação das prisões será discutida na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), por sugestão do presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), e do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O requerimento aprovado na quarta, explicou Paim, foi apresentado em razão de repor-

tagem no programa *Profissão Repórter*, da Rede Globo. Apesar de focar a situação no estado do Rio Grande do Sul, observou o senador, a matéria representa a situação das penitenciárias masculinas e femininas de todo o país.

Para participar do debate, serão convidados o jornalista Caco Barcellos, que apresenta

o programa *Profissão Repórter*, o chefe do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, Augusto Eduardo de Souza Rossini; o secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Airton Michels; o secretário de Administração Penitenciária de São Paulo, Lourival Gomes; e o secretário de Justiça do Espírito Santo,

Angelo Roncalli.

A comissão também realizará audiência conjunta com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para debater a redução da jornada de trabalho e a redução de encargos na folha de pagamento.

Apoio a portador de esclerose lateral amiotrófica



Paulo Davim

Paulo Davim (PV-RN) pediu, em discurso, a ampliação na rede pública de saúde de procedimentos médicos para tratamento sintomático de pacientes portadores de esclerose lateral amiotrófica (ELA). Ele lembrou que 21 de junho é Dia Mundial de Conscientização da Doença.

O senador, que é médico, explicou que a esclerose lateral amiotrófica é uma doença neurodegenerativa de origem desconhecida, progressiva e habitualmente fatal. A doença, disse o senador, provoca a destruição dos neurônios motores na medula e no tronco cerebral, o que impede que os estímulos cheguem aos músculos, que enfraquecem e acabam por atrofiar-se. Na fase avançada, o paciente sofre paralisia completa, sem conseguir comer ou mesmo respirar sozinho.

O senador, que é médico, explicou que a esclerose lateral amiotrófica é uma doença neurodegenerativa de origem desconhecida, progressiva e habitualmente fatal. A doença, disse o senador, provoca a destruição dos neurônios motores na medula e no tronco cerebral, o que impede que os estímulos cheguem aos músculos, que enfraquecem e acabam por atrofiar-se. Na fase avançada, o paciente sofre paralisia completa, sem conseguir comer ou mesmo respirar sozinho.

Geovani destaca simpósio sobre epilepsia no AP

Geovani Borges (PMDB-AP) destacou, em discurso na noite de terça-feira, a realização do 1º Simpósio de Epilepsia e Saúde Mental do Amapá. O evento, segundo ele, lança "uma luz de sensibilidade sobre um segmento ainda bastante martirizado pelo preconceito e pela falta de informação".

Segundo comunicou, o simpósio foi realizado pela Federação Brasileira de Epilepsia, com a participação do Ministério Público. A doença acomete mais de 3 milhões de pessoas no Brasil, com 300 novos casos a cada dia.

Geovani destacou que o procurador Edmilson Fonseca, do MP de Rondônia, apresentou no encontro projeto pioneiro para enfrentamento do preconceito da epilepsia nas escolas. E disse que Rondônia está na vanguarda no tratamento da doença por ter assegurado a aposentadoria de um epilético.

Projeto do deputado Sarney Filho obteve parecer favorável da relatora na CCJ, Kátia Abreu, e tramita em regime de urgência. Medida provisória ainda tranca a pauta

Pauta inclui regulamentação do licenciamento ambiental

A PROPOSTA QUE regulamenta o licenciamento ambiental e define competências da União, dos estados e dos municípios está na pauta do Plenário em regime de urgência. O projeto de lei da Câmara (PLC 1/10-Complementar) pode ser votado logo que os senadores examinarem a Medida Provisória 526/11, que aumenta a capacidade de financiamento do BNDES. A MP está trancando a pauta.

Apresentado pelo deputado Sarney Filho (PV-MA), o PLC 1/10 recebeu parecer favorável da relatora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Pelo texto, o órgão encarregado de conceder a licença ambiental terá competência

também para fiscalizar eventuais irregularidades e até multar empresas que descumprirem a legislação do setor na obra licenciada, ponto considerado polêmico entre os parlamentares. Segundo os críticos da medida, isso poderá reduzir a atuação do Ibama e dificultar o alcance da meta do governo federal de reduzir em 80% o desmatamento na região amazônica.

O projeto estabelece diversos instrumentos de cooperação entre os estados, municípios e Distrito Federal, como consórcios públicos; convênios e acordos de cooperação técnica; comissões tripartites em nível nacional, estadual e federal; fundos públicos e privados; entre outros.

Caberá à União, por meio do Ibama, elaborar zoneamento ecológico-econômico de âmbito nacional e regional, definir espaços territoriais a serem protegidos e controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas e substâncias perigosas.

O Ibama será responsável também pelo licenciamento ambiental de empreendimentos e de atividades desenvolvidos com outro país ou que afetem o território de dois ou mais estados, bem como o que estiver localizado em mar territorial, em terras indígenas e em unidades de conservação de domínio da própria União, excetuadas as áreas de proteção ambiental.

Quem faz o quê

UNIÃO (IBAMA)	ESTADOS	MUNICÍPIOS
<ul style="list-style-type: none"> elaborar o zoneamento ecológico-econômico de âmbito nacional e regional definir espaços territoriais a serem protegidos controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas e substâncias perigosas licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que afetem o território de dois ou mais estados ou desenvolvidos com outro país 	<ul style="list-style-type: none"> elaborar o zoneamento ecológico-econômico promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos que utilizem recursos ambientais capazes de degradar o meio ambiente aprovar o manejo e a supressão de vegetação em propriedades rurais aprovar o funcionamento de criadouros da fauna silvestre exercer o controle ambiental da pesca em âmbito estadual e também do transporte fluvial e terrestre de produtos perigosos 	<ul style="list-style-type: none"> elaborar o plano diretor, observados os zoneamentos ambientais promover o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos que causem impacto ambiental em âmbito local, ressalvadas as atribuições dos demais entes federativos aprovar a supressão e o manejo de vegetação em empreendimentos licenciados ou autorizados

Proprietários poderão ser incentivados a reflorestar

O pagamento aos proprietários rurais pela recomposição de áreas desmatadas ou manutenção de mata nativa é uma das soluções que estão sendo arquitetadas para viabilizar a aprovação do novo Código Florestal (PLC 30/11) no Senado. A estratégia é que a oportunidade de remuneração substitua a regra aprovada na Câmara dos Deputados, que extingue punição a quem aderir a programa de regularização ambiental e libera pequenas propriedades de recompor reserva legal.

O incentivo para o replantio de área protegida é uma modalidade do que tecnicamente se denomina pagamento por serviços ambientais – compensação

financeira ao proprietário rural que conserva área florestada, a qual contribui para a qualidade ambiental por meio da absorção de gases de efeito estufa, proteção de biodiversidade e regulação do regime hídrico, entre outros. A emenda ao PLC 30/11 deverá ser apresentada por um grupo de senadores que pretendem encontrar um meio-termo entre as necessidades da produção agrícola e as de proteção ao meio ambiente. Um desses parlamentares é o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), para quem os entendimentos com vistas ao novo código começam pelo reconhecimento da importância das atividades rurais para o país.



Eduardo Braga: é preciso reconhecer importância das atividades rurais

– O Brasil é um país agrícola, com fundamento macroeconômico no agronegócio, assim como no extrativismo mineral e no semielaborado, que são combinações que acabam atuando sobre o meio ambiente – observa o senador.

Jucá elogia ação rápida do governo em RR

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), agradeceu a atuação do governo federal em relação às recentes enchentes em Roraima.



Romero Jucá

Segundo o senador, depois das fortes chuvas e da "calamidade das enchentes", as providências foram tomadas rapidamente. Jucá disse que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, visitou o estado para conhecer a situação. De acordo com Jucá, na terça-feira passada foi protocolado o projeto de liberação de R\$ 15 milhões para as prefeituras do estado.

Romero Jucá também informou que o Ministério do Desenvolvimento Social liberou antecipadamente os recursos do Bolsa Família, de forma "a amenizar essa dificuldade" causada pela tragédia.

Senador ressalta reivindicações de indígenas

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) destacou a realização da Assembleia das Lideranças Indígenas, ocorrida no último fim de semana na aldeia Santa Izabel, em Oiapoque (AP). Caciques e representantes de diversas etnias apresentaram os principais problemas e apontaram prioridades para a região.



Geovani Borges

O senador informou que as lideranças indígenas esperam por obras que podem trazer desenvolvimento para a região, beneficiando tanto índios quanto não índios, e apontou a conclusão das obras da ponte binacional, que vai ligar Oiapoque à Guiana Francesa, e a retomada das obras da BR-156 como estratégicas para o crescimento econômico do estado.

Suplicy diz que Brasil tem que continuar luta para acabar com a extrema pobreza

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o Brasil tem que continuar trabalhando para acabar com a extrema pobreza e destacou a criação do programa Brasil sem Miséria, lançado no início do mês pela presidente Dilma Rousseff.

– O programa aperfeiçoa e amplia o melhor da experiência brasileira na área social – elogiou.

Suplicy disse que, além dos aspectos solidário e humano, o programa pode ser um impulso para o desenvolvimento.



Eduardo Suplicy

– O processo de ascensão social nos últimos oito anos foi decisivo para diminuir as desigualdades, ampliar o mercado interno, fortalecer a economia e acelerar o crescimento.

O senador salientou entrevista da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, em que afirmou que o Plano Brasil Sem Miséria não apresenta uma solução única para o problema, já que as causas da extrema pobreza são múltiplas.

Para José Pimentel, novo programa federal vai erradicar a miséria

José Pimentel (PT-CE) comemorou em Plenário o lançamento pelo governo federal do Plano de Superação da Extrema Pobreza – o programa Brasil sem Miséria. Na visão do senador, após os grandes avanços no combate à pobreza, que permitiram a ascensão social de 35,7 milhões de brasileiros nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, as novas medidas que estão sendo implementadas possibilitarão a completa erradicação da miséria.

– É chegado o momento de levar dignidade humana a esses brasileiros que se encontram em situação de extrema

miséria, para que eles também compartilhem do desenvolvimento com inclusão social – disse.

Entre as medidas importantes a serem implementadas pelo governo para eliminar a pobreza, ele destacou o programa Água para Todos, que prevê a inclusão de 750 mil famílias de agricultores dentro dos próximos dois anos e meio.

José Pimentel mencionou também a continuidade do programa Luz para Todos, que vai garantir o acesso a energia elétrica para 257 mil famílias de trabalhadores rurais até 2014.

Comissão ouviu representantes da Pastoral da Terra, OAB e entidades de direitos humanos sobre as razões da violência contra trabalhadores rurais

Especialistas sugerem medidas contra impunidade

A IMPUNIDADE PELOS crimes cometidos, a grilagem, a ocupação predatória da terra, a falta de regularização fundiária e a não implementação de uma reforma agrária foram apontadas como as principais causas da violência no campo. O assunto foi debatido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) por iniciativa de seu presidente, Paulo Paim (PT-RS), e de Marinor Brito (PSOL-PA).

A grilagem de terras com prática de violência é o método adotado para desenvolver a Amazônia, disse o padre Dirceu Fumagalli, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Para ele, a violência na região amazônica é devida ao modelo de desenvolvimento adotado no país, com destruição dos recursos naturais para produção agrícola e pecuária. Projetos federais financiam a expansão do agronegócio na região, o Legislativo flexibiliza as leis para favorecer a atuação de grileiros



Senador Paulo Paim (C) coordena debate sobre violência no campo: processos parados nos juizados reforçam impunidade

e o Judiciário deixa impunes os criminosos, resumiu.

De acordo com o padre Fumagalli, a região amazônica não é desabitada, mas povoada por comunidades milenares, como as indígenas, e seculares, como os quilombolas, pescadores e ribeirinhos. Nesse cenário, acres-

centou, o combate à violência rural passa pela regularização das áreas já habitadas por populações tradicionais e pela realização da reforma agrária.

– Por que temos de regularizar primeiro os territórios ocupados pelos grileiros e não o território dos quilombolas e ou-

tras populações locais, que têm direito a essas terras? Se não fizermos essa regularização, vamos continuar assistindo a essas mortes – observou, referindo-se aos assassinatos no Pará.

A impunidade de crimes cometidos contra as pessoas e o meio ambiente e a grilagem

de terras incentivam a violência, disse o assessor jurídico da Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos, Antonio Sergio Escrivão Filho. Ele propôs prioridade na tramitação de processos judiciais que tratam de assassinatos no campo.

Ações correcionais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio de ações correcionais, deve punir os juizados com processos parados, sugeriu o conselheiro federal do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Jayme Jemil Asfora Filho.

– A impunidade, como de resto todas as violências, é o grande motor, o grande combustível para esses crimes. Se houvesse uma Justiça rápida, eficiente, que olhasse da mesma forma os pobres e ricos, não haveria esses crimes – declarou, informando que existem 450 processos sem decisão judicial, cujos crimes podem prescrever.

Incra explica que assentamentos já configuram reforma agrária

Segundo Luciano Brunet, da Diretoria de Obtenção de Terras do Incra, cerca de 90% dos assentamentos feitos nos últimos cinco anos referem-se a reconhecimento dos territórios das populações que tradicionalmente os ocupam. Esses assentamentos, conforme o diretor, já configuram processo de reforma agrária.

A Ouvidoria Agrária – que trata dos problemas de violência no campo no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário – realiza programa de

especialização agrária para oficiais de Justiça, juízes, defensores públicos, polícias civil e militar, informou o ouvidor agrário do MDA e integrante da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Gercino José da Silva Filho.

De acordo com ele, o Pará é o estado mais bem preparado para enfrentar o problema, já que possui varas agrárias e especialistas em questão agrária em vários órgãos, como Incra, polícia e Tribunal de Justiça.

Para policial, conivência de servidor facilita crimes ambientais e violência

Os crimes ambientais e o desrespeito aos direitos humanos são também decorrentes da conivência de servidores públicos, disse o coordenador-geral de Polícia Fazendária da Polícia Federal, Claudio Gomes. Ele deu como exemplo o fato de que há casos de legalização de madeira retirada de forma irregular na Amazônia.

– Não adianta só repressão. É preciso fiscalização do poder público – observou, lembrando que a Polícia Federal foca as ações em grandes madeireiros

e em agentes que fomentam o extrativismo ilegal e exploram as pessoas, inclusive por meio de trabalho escravo.

Apesar de reconhecer a seriedade da polícia militar, a representante da Associação do Kilombo Mesquita, Evane Lopes, afirmou que existem abusos de poder por parte de PMs. Ela disse receber constantes ameaças de morte e sugeriu que a CDH realize audiências públicas nos estados para discutir melhor o assunto.

Convidados são unânimes em criticar a impunidade no país

Os participantes do debate na CDH foram unânimes em criticar a impunidade, citando como exemplo a existência de listas de pessoas marcadas para morrer.

– Se nossa reação fosse igual, de fazer lista dos quem fazem as listas, já estaríamos condenados. Que Estado é esse que dá enorme proteção a uns e nenhuma a outros? – indagou Willian Clementino da Silva Matias, secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Matias revelou que ele mesmo, por três vezes, já recebeu ameaça de morte. Apesar disso, optou por nem registrar denúncia, dadas as ligações da polícia de sua cidade com os responsáveis pelas coações.

Além da impunidade, os convidados associaram a violência no campo às deficiências dos programas de reforma agrária. O assentado muitas vezes vende o lote e migra para área onde volta a conviver com o antigo problema da disputa pela terra. Outra saída é permanecer no lote e recorrer à extração ilegal

da madeira, acentuando o problema do desmatamento.

O Pará, onde os casos de violência no campo são mais frequentes, vem trabalhando intensamente nos últimos anos para superar esse panorama, de acordo com o delegado Silvio Cezar Maués Batista, diretor do Departamento de Polícia do Interior da Secretaria de Segurança Pública do Pará, que citou como exemplo a criação de delegacias e promotorias de conflitos agrários.

– Preocupa a estigmatização do estado como um mundo sem lei, uma fronteira sem controle – afirmou o delegado.

O diretor da Força Nacional de Segurança (FNS), comandante Augusto Aragon, destacou que as mortes no campo estão quase sempre associadas ao “cinturão de desmatamento”, áreas de ocupação recente e de expansão de atividades econômicas. Ele salientou que a FNS só pode atuar nos estados a pedido dos governos. Com relação ao Pará, o diretor reconheceu que os organismos de segurança estão trabalhando muito, mas ainda carecem de estrutura e pessoal.

“Pará segue como campeão de mortes no campo”

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) afirmou na audiência pública da CDH que tem muito orgulho de ser paraense, mas que essa condição não a impede de dizer, em “alto e bom som”, que seu estado é campeão em trabalho escravo e em mortes violentas no campo.

O diretor de Polícia do Interior da Secretaria de Segurança do Pará, delegado Silvio Cezar Maués Batista, destacou o empenho do estado no combate à violência no campo, porém salientou preocupação com o risco de o Pará ficar estigmatizado por questão que, no seu entendimento, exige respostas abrangentes e que vão além das

forças dos governos locais.

De acordo com o procurador da República José Elaeres Marques Teixeira, o Pará registrou 219 assassinatos no campo nos últimos dez anos, mas houve apenas quatro condenações.

Por sua vez, o senador João Pedro (PT-AM) sugeriu a designação de comitiva da CDH para visitar o Tribunal de Justiça do estado. O objetivo seria pedir celeridade no julgamento de criminosos e mandantes de mortes no campo.

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou que o governo, por meio da titular da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a ministra Maria do Rosário,

para ele uma “figura formidável”, tenha dito ser incapaz de proteger todos os trabalhadores do campo incluídos em listas de morte.

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) lembrou que viveu no Pará em parte da sua infância e ali aprendeu que ameaça de morte era sempre cumprida. Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), o problema se explica pelo “conluio” entre latifundiários, capatazes, polícia e parcelas do Judiciário.

O presidente da CDH, Paulo Paim, defendeu que a comissão se manifeste, perante todos os órgãos responsáveis, pela proteção da vida de todos os trabalhadores ameaçados.



Impunidade, grilagem e falta de regularização fundiária foram algumas das causas da violência no campo apontadas na CDH

Moka defende reivindicações do Centro-Oeste

Waldemir Moka (PMDB-MS) leu em Plenário na quarta-feira a Carta de Campo Grande, que, assinada pelos quatro governadores de estados da região Centro-Oeste e do Distrito Federal, traz uma série de reivindicações. Entre elas, a substituição do indexador da dívida dos estados e a criação do Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Moka defendeu a aprovação de projeto de lei do senador Eduardo Braga (PMDB-AM) que troca o índice de correção das dívidas estaduais, do IGP-DI para o IPC-A. O senador informou que a dívida dos estados com a União soma R\$ 320 bilhões. Uma das reivindicações é a de que o limite máximo da receita estadual comprometida com o pagamento desta dívida seja de 9%. O Mato Grosso do Sul paga hoje, informou o senador, o equivalente a 15%.



Moka aprova troca do índice de correção do IGP-DI para o IPC-A

Sem acordo, é adiada votação de MP do BNDES

Apesar de haver quórum (55 senadores), foi adiada para a próxima semana, por falta de acordo entre as lideranças, a votação do Projeto de Lei de Conversão 16/11, que está trancando a pauta do Senado. A proposta eleva o volume e a capacidade de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A MP 526/11, que originou o projeto, deve ser votada até 1º de julho para não perder validade. Relatada no Senado por Lindbergh Farias (PT-RJ), a medida autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 55 bilhões ao BNDES e amplia para R\$ 75 bilhões, até 30 de junho de 2012, os recursos destinados aos financiamentos do banco subvencionados com verba federal.

Senador acredita que postura da presidente, cobrando ficha limpa de qualquer nome indicado para o governo, possa ser o nascimento de uma nova conduta ética na política

Simon pede a Dilma: resista à pressão por nomeações

DEPOIS DE ESCOLHER a palavra "resistir" como símbolo de uma hipotética conversa com a presidente Dilma Rousseff, Pedro Simon (PMDB-RS) pediu em discurso na quarta-feira que Dilma não ceda à chantagem de apoiadores em nome da governabilidade. O senador referia-se, principalmente, à pressão por nomeações de apadrinhados políticos no governo federal.

– Resista, presidente, a essa corrupção que invade, ao longo da história, o nosso país. Não aceite indicações que não tenham o lastro da ética. É preciso saber em nome de quem falam os interlocutores. Que interesses reais movem as suas indicações? O bem coletivo ou o interesse individual de pequenos grupos? – disse o senador, que citou, no discurso, a briga pelas chefias dos fundos de pensão da Petróbras e do Banco do Brasil.

Destacando a importância da harmonia e independência entre os Poderes, Simon alertou a presidente de que essa harmonia não pode ser alcançada por imposição. O senador a aconselhou a estender o critério da "ficha limpa" às nomeações em qualquer escalão do governo. Para ele, Dilma Rousseff não deve



Simon diz que há dois remédios contra a corrupção, o preventivo e o corretivo

se curvar à chantagem e, sim, nomear profissionais cujos currículos sejam "construídos pela competência e pelo profissionalismo, moldados pela ética".

Como conselho a Dilma, Simon explicou que existem dois remédios para curar a corrupção.

– O primeiro é preventivo: que os atos de nomeação sejam acompanhados pela chancela da probidade do nomeado. O segundo é corretivo: se as luzes do poder ofuscaram a ética do nomeado, que ele não continue se protegendo com o "remédio caseiro" da impunidade – disse o senador, para quem é necessário exonerar imediatamente os envolvidos em atos irregulares.

A postura da presidente, na avaliação de Simon, pode ser o primeiro passo para uma mudança de conduta em todas as instâncias de poder do país.

– Bom será o dia em que o Congresso Nacional votará apenas e tão somente segundo as convicções dos parlamentares, segundo devem ser as aspirações de quem eles representam. Que o voto em Plenário não se constitua um instrumento de troca pela liberação de emenda ou pela indicação de apadrinhado. Quem sabe esta postura seja então o início de uma reforma política ou, pelo menos, de uma reforma das condutas políticas – afirmou.

Renan garante apoio do PMDB ao governo

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), afirmou na quarta-feira que seu partido está preparado para ajudar o governo a aprovar matérias que o auxiliem a manter o ritmo de crescimento econômico, com medidas de combate à inflação e de redução da pobreza, uma das principais metas do governo Dilma Rousseff. Ele comemorou a taxa de desemprego no mês de maio, de 6,4% nas seis principais regiões metropolitanas, de acordo com o IBGE.

– A retomada da estabilidade econômica é, sem dúvida, resultado também do trabalho dos senadores de todos os partidos. O PMDB está verdadeiramente preparado para discutir e aprimorar matérias essenciais ao crescimento econômico do Brasil. Quero me referir a todas as medidas indispensáveis à superação da pobreza extrema e



Senador comemora as taxas de emprego divulgadas pelo IBGE

de incentivo à produção.

A taxa de desemprego se manteve no mesmo nível de abril, sendo que a taxa de maio representa o menor índice de desocupação da série histórica iniciada em março de 2002, com

uma população desocupada de 1,5 milhão de pessoas.

– A taxa de emprego é um dos mais importantes termômetros da economia interna. Isso porque o governo foi compelido a lançar mão de medida de contenção de crédito para conter a inflação, e esses números indicam claramente que a medida não está contaminando o mercado de trabalho – disse.

A população ocupada em maio foi de 22,4 milhões, mesmo número de abril, com oscilação positiva de 2,5%, se comparada a abril de 2010. No setor privado, 10,8 milhões de pessoas tiveram a carteira de trabalho assinada em maio, um aumento de 6,7%. Isso aponta, segundo Renan, "forte e acentuada tendência" de formalização do mercado de trabalho, com grande impacto sobre a Previdência Social.

Pimentel destaca micros na oferta de empregos

José Pimentel (PT-CE) destacou a geração de empregos e a importância da participação das micro e pequenas empresas no crescimento da economia. O senador informou que o número de empregos cresceu em 252 mil no mês de maio, em relação a abril. Pimentel acrescentou que, só nos cinco primeiros meses de 2011, já são quase 1,2 milhão de empregos a mais.

– A meta é gerar 2,5 milhões de empregos neste ano, repetindo o resultado do ano passado – afirmou, lembrando que, em 2010, mais da metade dos empregos (52%) foi gerada nas empresas com até quatro empregados.



Pimentel: meta do governo é repetir desempenho de 2010

Ricardo Ferraço propõe mais rigor para a Lei Seca

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu em Plenário apoio para sua proposta que prevê mais rigor em relação aos motoristas embriagados (PLS 48/11), em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador argumentou que, desde o ano passado, quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a pessoa não é obrigada a produzir prova contra si mesma, e pode se negar a fazer o teste do bafômetro, o número de mortes no trânsito, que até então vinha baixando em decorrência da Lei Seca, voltou a subir.



Ferraço: mortes voltaram a subir sem a exigência do bafômetro

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de quarta-feira do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Wilson Santiago • Geovani Borges • Ana Amélia • Ataídes Oliveira

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vídgal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burtle
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Valadares lembra importância das festas juninas

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a tradição nordestina de comemorar as festas juninas. Ele falou sobre a importância das festas para promoção do turismo, a geração de empregos e a economia da região, assim como para a valorização do patrimônio cultural, natural e social.

– As festas juninas do Nordeste merecem o apoio decidido, não apenas dos governos locais, mas também da administração federal, por intermédio dos ministérios da Cultura e do Turismo – disse.



Antônio Carlos Valadares

PEC de Vanessa amplia direitos a domésticos

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) enalteceu a Convenção sobre Trabalhadores Domésticos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabeleceu normas para que esses empregados tenham os mesmos direitos dos demais. Ela apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que garante aos trabalhadores domésticos brasileiros os direitos previstos na convenção, entre outros, a mesma jornada de trabalho dos demais trabalhadores; descanso semanal de 24 horas; liberdade de associação e negociação coletiva.



Vanessa Grazziotin

Paim negocia reajuste para aposentados

O senador Paulo Paim (PT-RS) reuniu-se com o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves, e representantes de centrais sindicais para discutir uma política salarial para aposentados e pensionistas que ganham acima do salário mínimo.

– Se isso não acontecer, em janeiro, o salário mínimo deve ganhar em torno de 14% e o aposentado não vai receber nem a metade.

O senador informou que já estão previstos no relatório final da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 os recursos para o reajuste dos aposentados.



Renan, entre Jucá e Pedro Taques, lê na Comissão de Constituição e Justiça seu voto contrário à proposta

CCJ rejeita fim de reeleição para chefes do Executivo

Relator argumenta que instituto permite aos eleitores premiar os bons governantes com mandato adicional e punir os maus governantes com a recusa de novo período

A PROPOSTA DE impedir a reeleição de presidente, governadores e prefeitos foi rejeitada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os senadores acataram relatório de Renan Calheiros (PMDB-AL), contrário à proposta de emenda constitucional que acaba com a possibilidade de segundo mandato para chefes do Executivo. A decisão final, porém, caberá ao Plenário.

A proposta (PEC 39/11) foi apresentada pela Comissão de Reforma Política do Senado,

com a justificativa de que o impedimento à reeleição foi uma “tradição republicana” vigente desde a Proclamação até que a Emenda Constitucional 16, aprovada em 1997, deu aos chefes do Executivo a possibilidade de um segundo mandato consecutivo.

O relator, Renan Calheiros, em seu voto contrário à proposta, lembrou argumentos que levaram à aprovação da Emenda Constitucional 16, como o tempo insuficiente do mandato de quatro anos, frente à magnitude das tarefas a cargo de presidentes,

governadores e prefeitos.

– A reeleição, nessa perspectiva, seria preferível à ampliação simples dos mandatos, por oportunizar ao eleitor poder de veto sobre a recondução”, diz o relator.

Renan argumentou também que a reeleição permite aos eleitores “premiar os bons governantes com um mandato adicional e punir os maus governantes com a recusa desse mandato”. Para o senador, a experiência de quase 15 anos com a prática da reeleição confirmaria “a pertinência desses argumentos”.

Relator mantém 4 anos de duração para mandatos

A CCJ também rejeitou o aumento para cinco anos dos mandatos executivos. Os senadores aprovaram substitutivo do relator Renan Calheiros, que mantém os quatro anos de mandato hoje em vigor e prevê ainda a coincidência dos pleitos municipais, estaduais, distrital e federal.

A PEC 38/11 também foi apresentada pela Comissão de Reforma Política e “seria uma espécie de contrapartida”, na visão do relator, pelo fim da reeleição de presidente, governadores e prefeitos, prevista na PEC 39/11, também rejeitada pela CCJ.

Contra o mandato de cinco anos, o relator argumenta que a mudança representa a não coincidência entre o mandato do presidente da República e o dos parlamentares, “fator que dificulta a governabilidade e facilita a ocorrência de crises institucionais”.

Regra de fidelidade será votada semana que vem

Na próxima reunião da CCJ deverá ser votado o projeto de lei que prevê a perda de mandato para deputados e vereadores que se desfiliarem, sem causa justa, do partido pelo qual se elegeram. Foi dada vista coletiva à proposta na quarta-feira passada.

O PLS 266/11, da Comissão de Reforma Política, englobava todos os cargos eletivos, mas emenda do relator, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), limita a perda de mandato apenas para quem for eleito pelo sistema proporcional, ou seja, deputados federais e estaduais e vereadores.

Já os eleitos pelo sistema majoritário (presidente e vice-presidente da República, governadores e vice-governadores, prefeitos e senadores) podem, pela emenda, transferir-se para outro partido, desde que dentro da coligação que o elegeu.

Santiago quer disciplinar pesquisas eleitorais



Wilson Santiago

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) comunicou ao Plenário a apresentação de projeto de lei (PLS 347/11) que disciplina a divulgação de pesquisas de opinião pública no período das eleições estaduais e municipais. O projeto estabelece punições para os institutos de pesquisa que apresentem números muito diferentes dos apurados nas urnas, com multas que variam de 500 mil unidades fiscais de referência (Ufirs) até 1 milhão de Ufirs. Ele lembrou que, na última eleição para o Senado realizada na Paraíba, o Ibope errou em até 22 pontos percentuais na pesquisa divulgada à véspera da eleição, fora de prazo e desrespeitando a lei eleitoral.



Anibal Diniz

Para Anibal, reeleição garante estabilidade

O senador Anibal Diniz (PT-AC) classificou como madura a decisão da CCJ que rejeitou o fim da reeleição para cargos do Poder Executivo, afirmando que a reeleição “dá mais estabilidade e maior estímulo para os governantes”. Outra questão em pauta na CCJ, a proposta de voto em lista pré-ordenada com alternância de gêneros, recebeu o apoio de Anibal Diniz, pois, para ele, poderá trazer um aumento substancial na representação feminina nas Casas Legislativas.

– Na Câmara, temos apenas 10% de representação feminina num país que tem mais de 50% de mulheres. Nós temos uma dívida histórica com as mulheres – afirmou.

Ana Amélia: Brasil precisa investir em educação

“Não há como o Brasil vencer os desafios do século 21 sem um maciço investimento no processo educacional, especialmente na qualidade do ensino fundamental”, disse Ana Amélia Lemos (PP-RS) ao relatar sua participação em simpósio da Harvard Business School, em Boston (EUA), que comparou o Brasil com os ambientes internacionais, tendo como referência a Índia e a China.

A convite da universidade, sete senadores e oito deputados brasileiros participaram do evento. Para a senadora, foi “uma grande oportunidade para um debate qualificado e técnico sobre a importância da defesa da liberdade e do fortalecimento institucional dentro de um cenário mundial que se modifica a cada ano”.

Segundo Ana Amélia, o encontro concluiu que o Brasil precisa dar absoluta prioridade à educação em aspectos mais amplos, como projeto de país e nação.



Ana Amélia relata participação em simpósio de Harvard sobre o Brasil

Cristovam alerta para entraves ao desenvolvimento

A economia nacional vai bem no momento, mas não estrategicamente, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF). Sérios problemas podem inviabilizar o desenvolvimento, alertou.

É importante, além da inflação, observar os gastos públicos exagerados; a falta de investimento em infraestrutura; a burocracia excessiva; a corrupção, que tira dinheiro público e privado do sistema e aumenta a bolha de especulação como forma de lavagem de dinheiro; e o corporativismo, em que cada um defende o seu e ninguém abre mão de nada em prol do coletivo, seja de salários, lucros ou renda.

Na opinião de Cristovam, esses problemas precisam ser resolvidos assim como a lacuna na educação brasileira.

– Não há futuro para a economia ir em frente se não formos capazes de dominar ciência e tecnologia a serviço dessa economia.



Senador aponta problemas de fundo, que podem travar economia nacional

Proposta do senador Walter Pinheiro aprovada pela Comissão de Infraestrutura também reserva parte dos recursos do Fundo Social para ações de combate a catástrofes provocadas por vazamento radioativo

Royalties do pré-sal vão ajudar na prevenção de desastres naturais

O PROJETO QUE destina parte dos recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social do pré-sal às ações de prevenção de desastres naturais ou desastres provocados por vazamento radioativo foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Agora, será enviado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será analisado terminativamente.

Ao defender a garantia de recursos para a prevenção de desastres, o autor do PLS 227/11, Walter Pinheiro (PT-BA), disse que é preciso “criar uma cultura de política de defesa civil, porque o que vemos hoje é a liberação de verbas após os desastres, sem que se corrija a distorção que os causou”.

– Santa Catarina é um dos exemplos. Todo ano chove muito naquela região no mesmo período do ano – ressaltou.

Além de visar à prevenção,

o projeto também define que esses recursos serão utilizados para atender à população e às áreas atingidas pelos desastres. O texto foi aprovado com emendas de Waldemir Moka (PMDB-MS).

Caminhoneiros

Também foi enviado à CAE, após aprovação na CI, o PLS 234/11, que reduz o Imposto de Renda pago por quem trabalha com transporte de carga utilizando “veículo próprio locado, ou adquirido com reservas de domínio ou alienação fiduciária”. Segundo o autor da proposta, Gim Argello (PTB-DF), a iniciativa visa beneficiar os caminhoneiros autônomos.

Para implementar essa mudança, o texto do projeto diminui dos atuais 40% para 20% o valor da renda bruta, decorrente do transporte de carga, sobre o qual se calcula o respectivo Imposto de Renda.



Senadora Lúcia Vânia, presidente da comissão, conversa com Marcelo Crivella

José Cruz/Senado Federal

Walter Pinheiro saúda avanço na tramitação

A aprovação, na Comissão de Infraestrutura, do PLS 227/11, que destina recursos do petróleo à prevenção de desastres, abre caminho para que se possa discutir na Comissão de Assuntos Econômicos a forma que será adotada para o remanejamento dos recursos previstos na proposta, levando em consideração a sua aplicação a partir das dife-

renças regionais e necessidades locais, disse Walter Pinheiro, comemorando o avanço na tramitação do projeto de sua autoria.

São João

O senador também disse esperar que o povo da Bahia e de todo o país possa ter tranquilidade nas estradas durante o período das festas juninas. Ele chamou a atenção para o uso de fogos de artifício, como a “guerra das espadas”, e cobrou da população moderação no consumo de bebidas alcoólicas.

Pinheiro disse ainda que o governo da Bahia estimula a cultura regional e está disponibilizando, com as secretarias de Turismo e Cultura, todos os meios para que a população aproveite os festejos juninos, que fazem parte das tradições do estado e vêm sendo preparados desde o início do ano.



Pinheiro pede moderação nas bebidas e cuidado com fogos durante o São João

José Cruz/Senado Federal

Ivo Cassol elogia segunda fase do Minha Casa, Minha Vida

Ivo Cassol (PP-RO) felicitou a presidente Dilma Rousseff e o ministro das Cidades, Mário Negromonte, pelo lançamento da segunda etapa do Minha Casa, Minha Vida, afirmando que o programa terá a capacidade de mudar as vidas de milhões de pessoas.

– O governo do presidente Lula, seguido pelo governo da presidente Dilma Rousseff, preocupou-se em enfrentar os graves problemas do déficit habitacional e da inadequação de moradia. O conforto e a segurança de um lar digno desse nome propor-



Ivo Cassol

Moreira Mariz/Senado Federal

cionam às famílias as condições mínimas de cuidar de seus membros, sustentar-se e participar da vida comunitária como cidadãos em plena posse de seus direitos.

O senador também manifestou preocupação com os serviços de saúde em Rondônia, citando o abandono dos hospitais do estado, a falta de material básico e as mortes de pacientes em filas de atendimento. Ele apelou ao governador Confúcio Moura para combater o apadrinhamento político e a corrupção na administração estadual.

Inácio defende redução da taxa de juros no país

Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que acredita na capacidade de o Brasil continuar se desenvolvendo, mantendo a inflação sob controle e reduzindo as taxas de juros.

Para ele, historicamente o desenvolvimento brasileiro tem sido dificultado pelas altas taxas de juros no mercado interno, “justificadas indevidamente pelo risco de disparada da inflação”. – Vai-se mais ou menos comprovando que é possível o país crescer, é possível o país desenvolver-se. É possível ter taxas inflacionárias baixas e, ao mesmo



Inácio Arruda

Waldemir Baretto/Senado Federal

João Pedro quer acordo sobre verbas do pré-sal

João Pedro (PT-AM) sugeriu que Congresso, governo federal e governos estaduais encontrem “um ponto de equilíbrio para uma destinação equânime” dos recursos do petróleo a ser explorado na camada pré-sal. Segundo ele, a posição de derubar o veto do ex-presidente Lula a alguns pontos do projeto cresce no Senado. Para João Pedro, os recursos devem ser aplicados na redução da miséria e das diferenças regionais.



Senador quer recursos na diminuição de diferenças sociais e regionais

Moreira Mariz/Senado Federal

“Falta estrutura para universalizar a banda larga”

Walter Pinheiro também defendeu o cumprimento das metas do plano geral de universalização da internet banda larga e o compartilhamento da infraestrutura pelos provedores como uma forma de baratear o custo.

O senador comentou reportagem do programa *Fantástico*, da TV Globo, mostrando os problemas mais comuns enfrentados pelos consumidores: falta de proporção e de clareza nos contratos, o alto preço cobrado e a falta de viabilidade técnica para instalação.

– Ou seja, não há infraestrutura, mesmo nos lugares onde os serviços já são anunciados como existentes – afirmou.

CI vai debater sigilo previsto na MP da Copa

A intenção do governo de manter em sigilo os orçamentos das obras da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 será tema de debate no Senado. A audiência pública foi solicitada por Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O sigilo está previsto na Medida Provisória 527/11, que flexibiliza as regras das licitações para a Copa e as Olimpíadas.

– O sigilo me parece inaceitável, mas temos de ouvir os argumentos daqueles que o defendem – disse a senadora.

A CI também vai debater um novo marco regulatório para o setor de transporte ferroviário. A reunião foi solicitada pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Lúcia Vânia acusa governo de tentar censurar discussão

Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestou estranheza com a movimentação do governo para tentar esvaziar a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) como forma de impedir a votação de requerimento de sua autoria para a realização de audiência pública sobre o regime diferenciado de contratações para as obras da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

A senadora disse que, em seus 30 anos de Congresso Nacional, essa foi a primeira vez que presenciou o que classificou como um ato de censura do governo para evitar a discussão de uma proposta pública. Ela adiantou que a audiência pública deverá ser realizada na próxima semana.

Cyro Miranda teme mais desvio de verba pública

Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou duramente o regime diferenciado de contratações (RDC), incluído na Medida Provisória 527/11, que determina o sigilo dos gastos com obras e serviços para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

– O histórico dos eventos internacionais recentes no Brasil depõe contrariamente a qualquer discurso de boas intenções – disse, lembrando os casos de superfaturamento nas obras dos Jogos Pan-Americanos de 2007.



Senador lembra superfaturamento em outros eventos internacionais

Moreira Mariz/Senado Federal